RESSOCIALIZAÇÃO EM CRISE: UM ESTUDO DE CASO DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE MONTE CRISTO, RR (2015-2025)

Gleidson Figueira Alves
Acadêmico na Faculdade Cathedral do Curso de Direito.
E-mail: gleidsonfigueiraalves@gmail.com

Leonardo Paradela Ferreira
Prof.º Me. Orientador na Faculdade Cathedral do Curso de Direito.
E-mail: Leonardoparadela@uol.com.br

A Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC), em Boa Vista/RR, atravessou entre 2015 e 2025 um ciclo persistente de superlotação, instabilidade administrativa e insuficiência de políticas ressocializadoras, cenário que tensiona diretamente a função social da pena prevista na Lei de Execução Penal (LEP). Este estudo analisa em que medida e por quais mecanismos esses déficits estruturais e programáticos contribuem para dinâmicas criminogênicas, como fortalecimento de facções, violência intramuros e manutenção de altos índices de reincidência. O objetivo geral consiste em mensurar e interpretar a associação entre falhas ressocializadoras e a intensificação de indicadores criminais, produzindo uma matriz comparativa LEP × realidade e propondo recomendações verificáveis. A pesquisa se desenvolve como estudo de caso, com coleta e análise de dados secundários (relatórios públicos, inspeções, decisões judiciais e indicadores penitenciários), além de codificação temática de eventos críticos. Entre os resultados parciais, identificam-se: (a) taxas de lotação superiores ao dobro da capacidade instalada; (b) baixa ou irregular oferta de escolarização, profissionalização e trabalho; (c) fragilidade nas assistências previstas nos arts. 10–41 da LEP; e (d) expansão da atuação de facções dentro da unidade, associada a episódios de elevada letalidade registrados no período. A análise preliminar sugere que tais déficits criam condições para retroalimentação da violência e erosão da função ressocializadora. Conclui-se que intervenções mínimas — ampliação educacional e laboral, melhoria da gestão de risco e fortalecimento das assistências — podem reduzir efeitos criminogênicos e realinhar a PAMC às normas nacionais e internacionais (Regras de Mandela, Regras de Bangkok e ADPF347).

Palavras-chave: ressocialização; políticas prisionais; efeitos criminogênicos; PAMC; LEP